



## **Reportagem: Crianças Tiram das Ruas o Sustento<sup>1</sup>**

Suelen LOBATO<sup>2</sup>

Danielle MUNIZ<sup>3</sup>

Deyse MOURA<sup>4</sup>

Cleber FEMINA<sup>5</sup>

Louise AGUIAR<sup>6</sup>

Gerson Luiz MARTINS<sup>7</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

### **APRESENTAÇÃO**

“Crianças tiram das ruas o sustento” foi uma reportagem realizada durante a disciplina Reportagem, Pesquisa e Entrevista, ministrada aos alunos do 5º período de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no segundo semestre do ano de 2007, e apresentada sob o título “Trabalho Infantil: Uma Realidade Longe do Fim”. A reportagem foi publicada em 02 de dezembro do referido ano, na capa do caderno Cidades do Jornal Tribuna do Norte e no site do veículo.

### **OBJETIVOS**

O tema escolhido para a confecção da reportagem foi o trabalho infantil presente em muitos pontos da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Durante a realização da reportagem, procurou-se investigar como as crianças exercem suas atividades; para que fins utilizam o dinheiro recebido com o trabalho diário e quais as políticas públicas desenvolvidas no sentido de impedir ou amenizar tal situação.

### **JUSTIFICATIVA**

A reportagem fez parte do rol de avaliações aplicadas pelo professor doutor Gerson Martins, da disciplina acima citada, e visava à introdução dos alunos à vivência diária da composição e publicação de um produto jornalístico. As atividades de pauta,

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido ao X Congresso da Comunicação na Região Nordeste – Intercom Nordeste, na categoria B Jornalismo, modalidade produto Impresso opinativo, como representante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Aluno líder do grupo e estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFRN, email: [suelobato@hotmail.com](mailto:suelobato@hotmail.com)

<sup>3</sup> Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFRN, e-mail: [dani\\_dml@hotmail.com](mailto:dani_dml@hotmail.com)

<sup>4</sup> Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFRN, e-mail: [m\\_deyse@hotmail.com](mailto:m_deyse@hotmail.com)

<sup>5</sup> Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFRN, e-mail: [cleberfemina@hotmail.com](mailto:cleberfemina@hotmail.com)

<sup>6</sup> Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFRN, e-mail: [loflaviana@hotmail.com](mailto:loflaviana@hotmail.com)

<sup>7</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e-mail: [jornalista@gersonmartins.jor.br](mailto:jornalista@gersonmartins.jor.br)



reportagem e edição deveriam ser desenvolvidas e gerariam reportagens que, de acordo com a escolha dos veículos impressos da cidade, seriam publicadas.

## **MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS**

Para a produção da reportagem, foram utilizados os métodos e técnicas comuns à prática jornalística, como a elaboração da pauta por um aluno responsável por tal função no grupo; a coleta de informações, realizada pelos repórteres; e a edição do conteúdo adquirido pelos editores do grupo, incumbidos de formatar e finalizar o trabalho.

As orientações para a concretização de todo o processo partiram dos autores estudados em sala de aula, como Nilson Lage, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, além das instruções dadas pelo próprio professor. O produto final segue logo abaixo.

### **Crianças tiram das ruas o sustento**

Que a Constituição Federal e o governo proibem o trabalho infantil todo mundo sabe. Mas na prática o que se vê são crianças e adolescentes trabalhando horas a fio nas ruas para conseguir o dinheiro com o qual compram suas próprias coisas e ajudam no sustento das famílias, geralmente dotadas de inúmeros membros. Os meninos e meninas sabem vender, expressam-se com espontaneidade e conseguem estabelecer uma rotina de trabalho às vezes mais pesada que a de muitos adultos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) informam que o índice de trabalho infantil caiu 0,7%, entre os anos de 2005 e 2006. Apesar disso, o número de jovens trabalhadores ainda está na casa dos milhões: em 2006, a informação é de que 5,1 milhões de crianças e adolescentes trabalhavam no Brasil. Isso representa 5,7% do total da população brasileira ocupada. O Nordeste foi a região que mais reduziu o percentual entre os anos analisados, de 9,4% para 8,4%. Entretanto, ainda é o local com o maior índice de trabalho infantil: 14,4%.

Órgãos públicos e organizações não-governamentais criam programas na tentativa de levar os jovens ao estudo e à capacitação profissional, para tirá-los das ruas e lhes proporcionar um futuro melhor. Mas os projetos, além de não serem totalmente eficientes para aqueles que os freqüentam, não atendem a todos. A necessidade ainda é grande e os menores encontram nos trabalhos de rua uma opção para satisfazê-la.

### **Jovens têm longa jornada de trabalho**

Maykon Urbison, 18 anos, e seu amigo M.C., 12, vendem crepes na orla da praia de Ponta Negra, das 11h às 15h30, todos os dias, com exceção do sábado, dia de folga do dono da creperia para quem trabalham. Em um dia de serviço, eles recebem em média R\$ 15,00, dinheiro usado para comprar as próprias coisas e para contribuir com o orçamento de casa. Maykon freqüenta o segundo ano do ensino médio, quer ingressar na carreira militar e então especializar-se em mecânica. M.C. está na sétima série do ensino fundamental e, por enquanto, não tem idéia do que esperar do futuro.

A rotina desses meninos é semelhante à das garotas Marlinda Maria, de 18 anos, e sua irmã, C.C., 16. A primeira cursa o oitavo ano e a segunda o primeiro ano do ensino médio, no período da noite. Seu trabalho é vender camarão na praia. Com o dinheiro, a



mais velha ajuda em casa e a mais nova guarda para si o faturado na jornada. Marlinda pensa em um dia tornar-se advogada. A irmã mais nova, que diz economizar para ser professora, concorda: “A gente tem que pensar alto, né?”. Mas, apesar das dificuldades, ela se diz feliz por conhecer novas pessoas todos os dias e por manter contato com personalidades tão diferentes das quais convive habitualmente.

Os jovens R.S, 14 anos e Nininho, 16, trocaram cedo os brinquedos pela responsabilidade do trabalho. Na praia, eles vendem salada de fruta, das 9h às 16h, uma jornada diária de trabalho de sete horas. R.S. confessa que não pensa no futuro. Ele abandonou os estudos no terceiro ano do ensino fundamental, mas fala que quer voltar a estudar e que seu pai procurará uma escola para matriculá-lo. Nininho, apesar de estar na mesma série que o colega, pretende continuar os estudos e trabalhar com artesanato.

Esses jovens vendedores têm pontos de vista diferentes, mas suas histórias são semelhantes às dos “rodeiros”. Assim são chamados aqueles que passam o dia a lavar os pára-brisas dos carros. P.M, de 17 anos de idade, trabalha com outras sete pessoas no semáforo da Av. Eng. Roberto Freire, que dá acesso a Av. Senador Dinarte Mariz (Via Costeira de Natal). Ele parou os estudos no primeiro grau e hoje só trabalha. Com parte do dinheiro arrecadado, ele ajuda a família a se manter e com resto ele “curte”.

Em um bom dia de trabalho, um “rodeiro” pode ganhar até R\$ 50,00, mas a média geral do grupo é de R\$ 10,00 a R\$ 20,00 por pessoa. “Cada um recebe o seu, ninguém trabalha em grupo não,” afirma Ubiratan Chagas, 20 anos, e que há três trabalha no ponto. “Eu já fui trabalhador do Carrefour, mas aí o contrato acabou e eu vim para cá. Daí, me chamaram para trabalhar numa obra perto daqui, eu fui, mas a obra acabou e eu voltei pra cá” .

“Outro dia a prefeitura quis proibir a gente de vir para cá. Colocou uns guardas e mandou a gente para um programa da Semtas. Deram R\$ 100,00 fizeram um curso. De uma turma de 300 rodeiros, não sobrou 50. Eu fui contratado, mas quando meu contrato acabou, eu tive que voltar pra cá. Você tenta sair, mas tem gente esperando o dinheiro em casa”, desabafa o rodeiro, que conclui: “Aqui a gente ganha mais”.

### **Sábado é dia de feira e de trabalho**

É em um típico sábado que crianças e adolescentes dominam a feira do Alecrim. Eles não acompanham os pais nas compras ou ajudam os parentes a empurrar um carrinho ou carregar uma sacola, e sim estão lá para ganhar dinheiro. O menino C. A., de 16 anos, trabalha todos os dias na feira com a família, um total de sete pessoas. O garoto deixou o oitavo ano da escola porque lá não tinha como ganhar dinheiro. “Aqui a gente ganha”, justifica, enquanto amarra pepinos em uma sacola.

A história se repete com F.F., 14 anos, membro de uma família de cinco pessoas. O dinheiro que arrecada com o serviço de carro-de-mão é entregue à mãe, para ajudar em casa. Aluno do sexto ano, o menino sonha em ser policial, assim como A.C., de apenas 11 anos, que quer ser seguir a profissão “para dar uma surra nos caras”, como ele mesmo define. O garoto percorre várias feiras todos os dias, faz o trabalho de carregador e normalmente leva para casa algo em torno de R\$ 15. “Gasto quase tudo com balas”, diz.



P.S., 11 anos, é integrante de uma família de oito pessoas moradora das Quintas e costumava vender bolsas, até seu estoque acabar. “Agora eu carrego compras na feira”, explica. A irmã mais nova é sua companheira na empreitada diária, ao lado do irmão mais velho, também carregador na feira. O sonho da jovem menina é ser veterinária, desejo alimentado pelos estudos, que lhe ocupam dois períodos. Nos fins de semana, a futura médica deixa de sonhar para ir à feira do Alecrim, trabalho que lhe rende cerca de R\$ 16,00 por dia.

### **Nas paradas de ônibus**

Não é só nas feiras que se pode presenciar o trabalho infantil. Nas paradas de ônibus, por exemplo, é fácil encontrar meninos que vendem picolé e outros lanches. Caso de M.S., 12, que estuda o quinto ano em uma escola nas Rocas e sonha em ser médico. Nos finais de semana, vende picolés ao preço de R\$ 0,25. A rotina de trabalho do garoto começa às 9h e só termina às 15h, quando pega o ônibus de volta para casa. Ajudar no sustento da família é o principal objetivo de M.S.: responsabilidade de gente grande em pequenas mãos.

### **Projetos do governo tentam dar novo rumo à situação**

No intuito de amenizar a situação dos “rodeiros”, há oito anos existe o Programa Canteiros, apoiado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtas), e que atende a qualquer pessoa que esteja pelas ruas. A psicóloga e coordenadora da iniciativa, Fabiana Lima, diz que “nosso trabalho é abordar essas pessoas e, principalmente, acompanhá-las”. Ela afirma que a atividade exercida pelos garotos nos sinais nem sempre tem como objetivo o sustento da família. Segundo ela, muitos são os casos dos que trabalham como “rodeiros” para manter o vício nas drogas.

O programa assiste por volta de 170 pessoas. As cinco equipes responsáveis pelas ações sociais ainda são insuficientes para atender à demanda, pois cada grupo é composto por apenas três educadores. Para cada participante inserido no programa é oferecida uma bolsa no valor de R\$ 100 e uma cesta básica, durante o período de um ano. A psicóloga é enfática ao falar sobre a dificuldade de tirar em definitivo os meninos da atividade nos semáforos da capital potiguar. “É muito difícil uma pessoa deixar um trabalho em que ele ganha três ou quatro vezes mais, em que tem liberdade e ainda consegue sustentar o seu vício. É a forma que ele encontrou para ganhar dinheiro”, lamenta.

O grande desafio da instituição é fazer com que os “rodeiros” e os usuários de entorpecentes não se acomodem e que possam reconhecer seu papel como cidadãos. “Nós tentamos conscientizá-los para que deixem essa mendicância diferenciada”, destacou a psicóloga. Fabiana Lima acredita que a parcela maior de culpa é da própria sociedade, que, ao mesmo tempo, condena e estimula tal circunstância. “A sociedade reclama por um lado, mas por outro, contribui com cestas básicas, com dinheiro, com doações e as pessoas se acostumam a isso”, completou.

### **RN foi pioneiro em ações de combate ao trabalho infantil**

O Rio Grande do Norte foi um dos pioneiros no Brasil a promover ações de combate ao trabalho infanto-juvenil com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Peti. A iniciativa tem o objetivo despertar as crianças e suas famílias para um novo futuro, por



meio de ações sociais e políticas públicas. Segundo dados da Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social - Sethas -, 44.074 crianças são atendidas pelo programa no Estado.

A portaria que regulamenta o Peti é do Ministério do Desenvolvimento e estabelece condições e sanções para que as famílias participem do projeto, dentre as quais estar em programas de saúde preventiva, vacinação das crianças e mantê-las na escola com frequência mínima de 85%. As famílias também recebem apoio por meio de outros programas de capacitação, aprendem a produzir artesanato e fazem cursos profissionalizantes. No início do projeto, as famílias recebiam auxílio de quatro programas sociais: Bolsa Escola, Bolsa Peti, Vale Gás e Bolsa Alimentação, que somavam uma renda de aproximadamente R\$ 190 para famílias com três filhos. Com a criação do Bolsa Família, esses programas foram condensados em apenas um, com o vencimento máximo de R\$ 105 mensais.

Segundo a pedagoga da Coordenadoria de Desenvolvimento Social, Maria do Carmo Silva dos Santos, quando houve a mudança, as famílias permaneceram no programa que garantia o maior rendimento e isso fez com que muitas retirassem seus filhos do Peti. Quando a família retira o filho do programa, perde o benefício. Caso a situação persista por quatro meses, a família é definitivamente excluída do programa.

As coordenadoras do Peti em Natal, Marta Maria Cabral e Maria de Lourdes Silva, afirmam que no programa é possível adquirir uma boa base educacional para continuar os estudos e ter um futuro melhor, o que, segundo elas, só depende dos jovens. A iniciativa atende crianças e jovens de 7 a 16 anos incompletos. Para jovens a partir dos 16 anos, há o programa Agente Jovem.

### **Programas do governo são paliativos e ineficientes**

Para o sociólogo e doutor em Políticas Públicas pela Unicamp, o professor da UFRN, Lincoln Moraes de Souza, as medidas criadas pelo governo são apenas paliativas, pois tratam do problema no momento em que atingem seu ápice ao invés de cuidarem de suas causas. Programas como o Peti funcionam enquanto o jovem está nele, mas melhores condições não são geradas para que o jovem não necessite do programa.

Lincoln acredita que o correto seria o Estado criar o emprego para o jovem, e não o jovem procurar pelo emprego ou trabalhar informalmente. “Os programas de treinamento não geram emprego. O que gera é investimento em várias áreas.” Para ele, a sociedade é responsável pelos meninos que ficam nas ruas. “É aquela velha história: se ninguém der, eles param de pedir.” E conclui: “O trabalho na rua é uma justificativa para a mendicância”.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal Fluminense, a pedido do Ministério do Desenvolvimento Social, mostra que a maioria dos ex-beneficiários do programa Agente Jovem não conseguiu arranjar trabalho com carteira assinada. O estudo indica ainda que o número de adolescentes que continuaram os estudos depois de sair do programa é apenas um pouco maior do que daqueles que nunca foram um “agente jovem”.



Em relação às perspectivas de trabalho, há uma diferença maior entre os dois grupos. Os adolescentes que participaram do Agente Jovem são mais ativos na busca de emprego e, em muitos casos, fizeram algum curso preparatório com intuito de facilitar o ingresso no mercado de trabalho. Ainda assim, apenas 19,7% dos ex-beneficiários do projeto têm carteira assinada, enquanto no outro grupo são 18,4%. Essa foi uma das maiores críticas feitas ao Agente Jovem pelos pais e pelos próprios adolescentes durante a pesquisa.

A assistente social Liliane Cacho trabalha na ONG Resposta - Responsabilidade Social Posta em Prática. Segundo ela, o trabalho da organização é promover os direitos de crianças e adolescentes por meio da mobilização e articulação dos diversos setores da sociedade, com vistas a estimular a adoção de práticas éticas e socialmente responsáveis.

Para a assistente social, o Peti é um avanço, mas as políticas públicas são descontínuas. “A ONG não pode assumir o papel do Estado. Quando temos alguma denúncia, a encaminhamos para o Ministério Público ou então à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). O que nós podemos fazer é uma prevenção educativa”, definiu.

Os três projetos principais da ONG se relacionam com a consolidação do Código de Conduta do Turismo contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, ação contra a punição corporal em crianças e diagnóstico sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, no contexto do turismo na capital potiguar. Somente o Código de Conduta possui mais de 120 empresas participantes.

### **Procurador defende direitos infantis**

A lei é clara. “É proibido qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14”, de acordo com a Constituição, lei maior do Estado brasileiro, em seu inciso 33 do artigo sétimo. No Brasil, considera-se trabalho atividade que tenha continuidade, repetições de tarefa e um prazo definido.

O procurador regional do Ministério do Trabalho, Xisto Tiago de Medeiros Neto explica: “A interpretação é diferenciada de quando a criança está de férias, e vai à feira ajudar o pai, daquela que pega um carrinho de mão para conseguir o dinheiro no propósito de sustentar a família”.

Qualquer adolescente acima dos 16 anos pode entrar no mercado de trabalho, ter a sua carteira assinada como outro trabalhador maior de idade, mas a lei obriga o empregador a não colocá-lo em risco. O jovem não pode realizar atividades em caldeiras, carvoarias, postos de gasolina, lidar com explosivos - nenhuma tarefa que ofereça perigo é permitida.

O Governo Federal abre um parêntese para aqueles acima de 14 anos que necessitam trabalhar. Esses adolescentes podem ser contratados por qualquer empresa, desde que estejam na condição de aprendiz. “Lá [nas empresas] eles têm aprendizado, treinamento e realizam algumas tarefas. Todavia, o conteúdo econômico do trabalho nunca deve ter supremacia sobre conteúdo da educação”, destacou o procurador.



Antes dos 14 anos, nenhuma criança deve trabalhar, pois é um ser em desenvolvimento e possui direitos fundamentais. “Toda criança nasceu para receber carinho, para ser amada e não tem que se preocupar com seu prejuízo financeiro. E, conseqüentemente, não ter a sua infância roubada e seqüelas irreversíveis, seja no plano físico ou psíquico. Muitas não têm condições de ir à escola por estarem com dor nas costas, cansadas e, até mesmo, desidratadas”, completou Medeiros Neto.

As denúncias de trabalho infantil podem ser feitas na Delegacia Regional do Trabalho, no Ministério Público do Trabalho, em um Conselho Tutelar ou qualquer instituição governamental. Alguns casos são solucionados pela própria procuradoria. Outros são encaminhados ao órgão competente, como o Ministério Público Estadual.

### **Para presidente do Comdica o Peti é enganação**

O jornalista Eugênio Parcellle é presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Natal (Comdica), órgão cuja função é monitorar e sugerir políticas públicas que contribuam para a proteção, defesa e controle da criança e do adolescente. O Comdica é regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que descreve a criança como “Pessoa em situação peculiar em desenvolvimento”. Segundo Parcellle, quando um pai leva uma criança para o trabalho, ele não percebe os problemas que está passando para o filho.

O jornalista ainda exemplifica que “quando você traz uma menina do interior para trabalhar em sua casa, com a promessa de que aqui, na capital, ela terá mais oportunidades, se engana, porque quem trabalha não tem tempo para estudar, tem problemas de saúde, é explorado. A criança é a primeira a se levantar, faz o café, passa, lava, faz almoço e janta, mas não consegue ir à escola porque está cansada”. O jornalista defende que a sociedade tem que se responsabilizar por isso.

Segundo o presidente do Conselho, o Estatuto determina que a criança e o adolescente sejam considerados prioridades do Estado, e critica: “Depois é que se deve pensar em construir pontes”. Para ele, o Peti, por não ter continuidade e não dar suporte posterior, trata-se de uma “enganação” e define o programa como “uma política para render votos”. Parcellle conclui ao afirmar que, hoje, vê-se um modismo de políticas públicas falhas, pois a base do problema é cultural.



## ANEXO





## **REFERÊNCIAS**

DIMENSTEIN, Gilberto e KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995

LAGE, Nilson. **A estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 1987

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1990

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.